

ATENÇÃO:

Eu NÃO autorizo o compartilhamento do documento com outros participantes. Não publicar e não citar este documento, em partes ou na sua totalidade, sem permissão explícita do autor.

NO autorizo el intercambio del documento con otros participantes. No publicar ni citar este documento, en parte o en su totalidad, sin permiso explícito del autor.

Mesa Temática 24: Nuevas teorías políticas y movimientos sociales contemporáneos

A AÇÃO POLITICA DE JOVENS ESTUDANTES NO BRASIL HOJE: O PRESSÁGIO DO FIM DE UMA ERA?¹

Conceição F. Seixas Silva, Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, Rio de Janeiro, Brasil (conceicaofseixas@gmail.com).

Lucia Rabello de Castro, Professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil (lrcastro@infolink.com).

Resumo

Este trabalho discute a ação coletiva de estudantes universitários e suas formas de organização na universidade e na sociedade brasileira contemporânea. Examinamos como esses atores entram na cena pública atualmente e os valores que anunciam. Essa discussão é encaminhada a partir de uma revisão da literatura relevante no Brasil e da análise dos resultados de uma investigação empírica, que compreendeu entrevistas semiestruturadas com cerca de 150 estudantes das principais universidades do estado do Rio de Janeiro engajados em diversas frentes de participação política. Compreender a luta estudantil no presente se mostra importante uma vez que é salientado um aparente esvaziamento político do seu papel na sociedade. Pela abordagem teórica e empírica, percebemos que o questionamento acerca da representatividade, do aparelhamento partidário das entidades de representação discente e da hierarquização da organização coletiva é um aspecto crucial no engajamento político de muitos estudantes hoje. Ao mesmo tempo, esses estudantes tentam demarcar sua resistência a um modelo de participação que dá sinais de esgotamento. Marcados por uma dispersão e espontaneidade e afeitos à crítica da anti-institucionalidade, diversas manifestações estudantis no Brasil (e alhures) se colocam distantes das práticas de engajamento político tal como exercidas pelo movimento estudantil convencional há muito tempo.

Palavras chave: participação política, movimentos estudantis, Brasil.

¹ Este trabalho é uma versão do artigo *L'action politique des jeunes étudiants au Brésil aujourd'hui: le présage de la fin d'une époque?*, publicado originalmente na edição especial *Les mobilisations de juin 2013* da revista *Brésil(s): sciences humaines et sociales*.

Resumen

Este trabajo discute la acción colectiva de estudiantes universitarios y sus formas de organización en la universidad y en la sociedad brasileña contemporánea. Examinamos cómo esos actores entran en la escena pública actualmente y los valores que proclaman. Esa discusión se desarrolla a partir de revisión de la literatura relevante en Brasil y del análisis de los resultados de una investigación empírica, que comprendió entrevistas semiestructuradas con cerca de 150 estudiantes de las principales universidades del Estado de Río de Janeiro comprometidos con diversos frentes de participación política. Comprender la lucha estudiantil en el presente es importante debido al aparente vacío político de su papel en la sociedad. El abordaje teórico-práctico revela que el cuestionamiento acerca de la representatividad, del aparejamiento partidario de las entidades de representación discente y de la jerarquización de la organización colectiva resulta crucial en el compromiso político de muchos estudiantes hoy. Al mismo tiempo, ellos intentan definir su resistencia a un modelo de participación que da muestras de agotamiento. Marcadas por una dispersión y espontaneidad y afectas a la crítica de la anti-institucionalidad, diversas manifestaciones estudiantiles en Brasil (y en otras partes) aparecen distantes de las prácticas de compromiso político ejercidas por el movimiento estudiantil convencional hace mucho tiempo.

Palabras clave: participación política, movimientos estudiantiles, Brasil.

A AÇÃO POLITICA DE JOVENS ESTUDANTES NO BRASIL HOJE: O PRESSÁGIO DO FIM DE UMA ERA?

Atualmente, uma das maiores preocupações associada ao “*funcionamento e sustentabilidade intergeracional*” (Augusto, 2008, p. 155) das democracias ocidentais tem sido a relação que os jovens mantêm com o sistema democrático ou, mais precisamente, com os modos convencionais de participar do mundo público, dado seu afastamento das estruturas tradicionais de ação política, o que representaria uma ameaça à democracia e suas instituições (Baquero, 2001). Nesse sentido, a forma como muitos jovens se inserem na política – muitas vezes, por vias informais – é interpretado como “apoliticismo”, comprometendo a continuidade dos modelos institucionalizados pelas gerações anteriores (Norris, 2001). Ao mesmo tempo, deixamos de perceber inovações nos repertórios de ação coletiva dos jovens atualmente, no que tange a suas demandas e formas de luta e os sentidos que dão à política.

No Brasil, até o momento de retomada do governo democrático na década de 1980, o campo político juvenil esteve fundamentalmente associado ao movimento estudantil convencional. Este se constituiu como um ator político relevante nas lutas contra as ditaduras militares nos anos 1960, no Movimento pela Anistia na década de 1970, e no movimento de Diretas Já em 1984, conduzidas principalmente pelas entidades estudantis formalizadas, como os Centros Acadêmicos (CAs), Diretórios Acadêmicos (DAs) e Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs), e tendo a UNE (União Nacional dos Estudantes) um papel de destaque nesse cenário (Foracchi, 1965). A partir da década de 1980, em um contexto de mudança no cenário social, no meio universitário e também nos marcos da ação coletiva, muitos estudantes mostram questionamentos em relação a esse canal de reivindicação política. A principal crítica dos jovens ao movimento estudantil convencional se refere ao seu modo de organização hierarquizado, centralizado em uma entidade nacional única e, sobretudo, partidarizado (Mesquita, 2003).

Já na década de 1990, a participação política juvenil nas manifestações pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor – conhecidas como “Caras Pintadas” – é descrita por alguns autores (Mische, 1997; Rodrigues, 1993) como que assumindo contornos diferenciados. Estes autores destacam a heterogeneidade dessas manifestações – não apenas em termos da composição socioeconômica de seus integrantes, mas também de suas redes de manifestação; a visibilidade de outros espaços

de participação para além das universidades; e as modificações que se processaram no próprio movimento estudantil ao longo das décadas. Mesquita (2003) chama atenção para uma ruptura nos modos de contestação nesse movimento no sentido da emergência de uma “*nova sociabilidade militante*” (p. 119), caracterizada, em primeiro lugar, pelo distanciamento entre estudantes e entidades estudantis convencionais.

Nosso interesse, neste trabalho, é discutir a ação coletiva de estudantes universitários e suas formas de organização na universidade e na sociedade brasileira contemporânea. Examinamos como esses atores entram na cena pública atualmente e os valores que anunciam. Sem dúvida, o cenário atual brasileiro se distancia muito das condições políticas e sociais de épocas anteriores. Transformações significativas alteraram o modo de funcionamento das universidades e a composição socioeconômica e racial de seu corpo discente. Assim, coloca-se em questão um aparente esvaziamento político do papel do estudante universitário, no sentido de que o “movimento estudantil” já não parece assumir a posição de ator político no conjunto da sociedade como um dia o fez. Perguntamo-nos, contudo, se não estariam buscando comparações entre gerações diferentes que dificultam o exame de novas configurações de adesão e participação política pelos jovens universitários hoje, e o anúncio do fim de uma época tida como “heróica” (Cardoso, 2005). A fim de contemplar o objetivo do trabalho, interrogamos como (e se) o espaço da universidade, a identidade de estudante universitário e a sociabilidade estudantil universitária constituem elementos relevantes que favorecem formas de engajamento político dos jovens atualmente.

Para tratarmos desta questão, procedemos por um duplo caminho de análise. Em primeiro lugar, discutimos, com base na análise da literatura relevante no Brasil, os sentidos e contribuições que os jovens dão à política na contemporaneidade, tendo em vista seu processo de subjetivação política. Por este entendemos o conjunto de ações, discursos e mobilizações que, ao ser desencadeado no processo público de endereçamento de demandas articuladas a projetos de transformação social e política, dá lugar a formas singulares de sentir e existir, individual e coletivamente. Em segundo lugar, apresentamos os resultados de uma investigação empírica, que compreendeu entrevistas semiestruturadas com cerca de 150 estudantes das principais universidades do estado do Rio de Janeiro/Brasil, engajados em diversas frentes de representação discente – CAs, DAs, DCEs, e também em coletivos desvinculados do movimento

estudantil convencional e buscam outros sentidos para a participação política dentro e fora da universidade².

A partir deste estudo, várias questões podem ser levantadas sobre o engajamento político dos jovens atualmente. Destacamos uma delas que esteve presente nas discussões sobre as recentes manifestações no Brasil e alhures, que se refere à tentativa de compreender a invenção de outros caminhos, espaços e formas de ação política pelos jovens atualmente.

Sentidos e contribuições dos jovens brasileiros à política na contemporaneidade

Dentre os mecanismos que operam nas relações intergeracionais, os adultos atribuem à juventude a função de preservar e renovar as instituições e ideias políticas, mas segundo o sistema presente de valores e o *status quo* (Ianni, 1968). Espera-se que os jovens desempenhem seus papéis políticos geralmente em conformidade com as crenças instituídas pela cultura dominante, de modo a preservar a conjuntura presente. Nesse sentido, a ação dos jovens está prescrita, antes mesmo de sua realização, dentro de um modelo político específico, que em relação às democracias ocidentais trata-se do modelo representativo e institucional de política. Esse modelo se baseia na ideia central de que, em uma sociedade democrática, as decisões devem ser tomadas com base em um processo de discussão racional entre cidadãos *iguais-livres-imparciais*, e a participação, por sua vez, deve estar circunscrita a uma série de procedimentos formais. O significado político desse modelo consiste na construção deliberada de uma ordem social, cujo representante legítimo é o Estado, com suas instituições, responsáveis por intermediar e negociar os diferentes desejos dos indivíduos, por meio de procedimentos burocráticos e formalizados (Mouffe, 2005-2006).

No entanto, muitas vezes, os jovens não agem dentro de um enquadramento que se espera – a partir de uma ação que não atrapalhe o trânsito e a vida econômica da cidade, por meio de instituições e formas de ação e linguagens consideradas legítimas dentro da política instituída. Nestes casos, frequentemente manifestam-se contradições importantes entre aquilo que os adultos esperam que os jovens realizem e o que estes podem e querem efetivamente realizar, e deflagra-se um processo de desmerecimento e desqualificação das ações dos jovens, apontando sua imaturidade, o seu

² Esta pesquisa contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação do Brasil.

desconhecimento perante a vida e apelando para a experiência daqueles que viveram mais e sabem mais das coisas do mundo³. O afastamento dos jovens dos processos políticos convencionais, atualmente, tem suscitado uma preocupação em relação aos rumos das democracias ocidentais. O livro “Um novo impulso à juventude europeia”, produzido pela União Europeia, em 2002, aborda essa preocupação em relação às estruturas institucionais, ao constatarem, por meio da pesquisa que realizaram, que:

os jovens investem-se menos do que no passado nas estruturas tradicionais da acção política e social (partidos, sindicatos), a sua participação nas consultas democráticas é fraca. As organizações de juventude sofrem igualmente com esta situação e sentem uma necessidade de renovação (Comissão das Comunidades Europeias, 2002, p. 14).

No Brasil, as análises do cenário político a partir dos anos 1990 nos mostram que o engajamento dos jovens não se encaminhava no sentido de revitalizar os canais convencionais de participação política, como era a expectativa com a chegada da democracia, aliada ao processo de modernização da sociedade brasileira (Sousa, 1999). Observamos por meio de nossa pesquisa e de outras (Mesquita, 2008) que os jovens brasileiros veem cada vez menos sentido no modelo representativo, na partidização, no voto ou na ação de alguns grupos políticos formalizados. No que tange ao problema do modelo representativo, presente nas democracias deliberativas, a crítica dos jovens se refere à “sub-representação”, ou à “não-representação” de grupos sociais menos privilegiados. Como atesta Young (2006), a desigualdade socioeconômica produz com frequência desigualdade política e exclusão de certos grupos (subalternos) de discussões políticas importantes.

Atualmente, observamos que há uma significativa diversidade de práticas coletivas entre os jovens brasileiros, inúmeros agrupamentos de natureza diversa, muitas vezes, efêmera, que buscam instituir “*novas formas de negociação com o mundo das instituições*” (Sposito, 2000, p. 84). Mesmo que de forma fragmentada e precária, algumas ações dos jovens por vias não-convencionais podem produzir elementos

³ No Brasil, as primeiras respostas às manifestações de junho de 2013, apresentadas principalmente pela mídia televisiva, continham certo desmerecimento da causa dos protestos, alegando que os jovens que se manifestavam não precisavam de 0,20 centavos – referente ao aumento da passagem de ônibus e que serviu de estopim para a deflagração dos protestos – e também do modo como as ações foram feitas, “atrapalhando” o trânsito e a dinâmica econômica da cidade. No Chile, Ruiz (2011) chama atenção para as primeiras respostas do governo de Michele Bachelet às manifestações dos estudantes em 2006, conhecidas como Revolta dos Pinguins, que as viam como coisas de “*adolescentes que não sabem o que querem*” (p. 17). Essa forma de compreender o conflito revela, segundo Cuadra (2008), uma profunda distância geracional entre as instâncias decisórias políticas e os jovens, distância esta traduzida na negação da qualidade dos jovens como “sujeitos políticos” e interlocutores válidos, de suas demandas e formas de ação.

antagonistas importantes, quando elas põem em questão a lógica dominante de fazer política – seus códigos, seus atores, suas pautas e modos procedimentais – e propõem outras formas de dar sentido à sua trajetória no mundo público e de participar dele.

Contra as formas hegemônicas de viver e participar, que normatizam a sexualidade, o lazer, o trabalho, o tempo, o mundo público e seus atores (Holloway, 2002), uma parcela da juventude *disputa* outros modos de estar no mundo, de ser no mundo e participar dele. Contra a política instituída socialmente – que apregoa qual deve ser o espaço da ação política, quem está autorizado a participar dele, e por quais códigos deve se guiar no agir – alguns jovens vislumbram outros sentidos para sua trajetória/posicionamento no mundo público, isto é, para sua “*subjetivação política*” (Castro & Mattos, 2009, p. 796). Significa que concomitantemente à aposta incerta que os jovens fazem nestes movimentos de contestação e reivindicação, e em outras formas de se colocar publicamente, põem-se em curso novas configurações subjetivas do sentir e pensar. Neste sentido, este ator político se faz ao “fazer política”, e esta não decorre de uma ação racional deliberada, mas do experimentar e produzir a si mesmo, em concerto com outros, nas ações de discussão e negociação públicas.

Nas análises de Ruiz (2010), o cenário contemporâneo de participação política opera seguindo “*a política da visibilidade*” (p. 98), expressa a partir de uma demanda de aparição e expressão dos descontentamentos sociais nos espaços públicos (e/ou nas redes sociais) que, muitas vezes, esgota-se nela mesma. O retorno do conflito às ruas em vários lugares do mundo, por meio de várias formas de expressividade e canalização do descontentamento, incluindo as ações radicais, como as dos *Black Blocks* no Brasil (Bringel, 2013b), seguiria também a demanda da visibilidade, da aparição. Pela via da *performance*, que também se insere na “política da visibilidade”, os jovens brasileiros se utilizam, nas suas manifestações, de ações inusitadas que envolvem muito humor e criatividade, como os “apitaços”, “panelaços”, “beijaços”, “abraçaços”, “catracaços”, entre outras. Essas iniciativas podem acenar para uma crítica aos conteúdos autoritários, à racionalidade impessoal e aos formalismos das instituições políticas convencionais, que sempre desqualificaram as ações que não seguem os padrões procedimentais da política (Alvarez, Dagnino & Escobar, 2000). Outras iniciativas se esgotam na própria aparição de atos isolados mobilizadas em torno de uma questão específica. Nesse último caso, questionamos o que estaria em jogo em termos de ação política: se se trataria apenas de ações para “carnavalizar”, aparecer, ou se contêm algum sentido de disputa das distribuições dos lugares e atores no jogo político. Na “*nova cultura participativa*”,

como aborda Beaskoetxea (2008, p. 33), um aspecto destacado é o “*furor anti-institucional*” (*idem*) que pode ser observado nas ações dos jovens nas recentes mobilizações ao redor do mundo – Espanha com o 15M, Nova York, com o Occupy Wall Street, México com o # Yo Soy 132, Brasil. Esse furor está presente nas demonstrações de insatisfação de muitos jovens aos sistemas eleitorais, aos partidos tradicionais e às formas convencionais de organização política, principalmente de grupos hierarquizados e/ou ligados ao aparelho estatal. No site do “Esquerda.Net”, onde encontram-se arquivados vários dossiês sobre os acontecimentos de 2011 na Espanha, o professor da *Universidad Politécnica de Madrid* e ativista social, Manuel Garí, escreveu em um dossiê sobre as ocupações, chamando atenção para a insatisfação da juventude com as estruturas de representação política de seu país:

A palavra-de-ordem “Não, não, não nos representam!” põe em primeiro plano o divórcio existente entre a juventude (e também dum amplo sector social) e as elites políticas institucionais, a famosa “classe política” (que termo mais perturbador!). Os “políticos” – profissionalizados em instituições e partidos – aparecem ante os seus olhos não como quem soluciona por delegação os problemas colectivos, mas como agentes ao serviço da banca e dos empresários (Garí, 2011).

“Não me representa” se tornou uma frase também bastante utilizada pelos jovens nas recentes manifestações no Brasil, como crítica aos processos políticos como um todo e, especialmente, às entidades partidárias. Outro aspecto que se destacou nessas manifestações foi a crítica levantada a setores da esquerda – que não está restrita ao Brasil e nem à época contemporânea – principalmente aos partidos de esquerda que chegaram ao governo e se distanciaram da pautas populares (Rolnik, 2013). No *blog* do “Movimento Tarifa Zero”, os militantes Marcelo Pomar e Flora Lorena escrevem, no momento em que foram deflagradas as manifestações de junho de 2013 em São Paulo, Brasil, sobre seu desencanto com setores da esquerda de nosso país, principalmente aos ligados ao governo:

Os jovens de hoje estão sozinhos, porque a geração de esquerda mais velha está quase integralmente preocupada em defender projetos eleitorais, garantir cargos no estado e fazer as indispensáveis flexões táticas no discurso, isolando essa juventude. (...) que na realidade é órfão do abandono das lutas sociais por aqueles partidos que as hegemonizaram nos anos 80 e 90, sobretudo o PT e que agora ajudam a reprimi-la. A culpa é do horizonte tacanho da nossa esquerda que institucionalizou-se⁴.

Acreditamos que o questionamento de alguns grupos de jovens ao modelo político hegemônico levanta elementos antagonistas importantes no que se refere à

⁴ Movimento em disputa, 17/06/2013 (por Marcelo Pomar e Flora Lorena Branco Muller). Disponível no site do blog Movimento Tarifa Zero: <http://tarifazero.org/2013/06/17/movimentos-em-disputa/> (acessado em 05/12/2013).

política. Ao se contrapor com setores de esquerda do país, principalmente aqueles ligados à máquina governamental, os jovens chamam atenção para a “orfandade” que a geração atual experiencia em relação aos projetos políticos, devido ao abandono da luta social pelas gerações mais velhas que hoje estão no poder. Ao reivindicar outros sentidos para a participação política, denunciam as desigualdades políticas e as exclusões estruturais que persistem na sociedade brasileira, dentre elas as exclusões de determinados grupos (subalternos) dos canais de decisões sociais.

No tópico que segue, exploramos os sentidos dados aos jovens estudantes a sua participação no mundo público a partir da análise do campo empírico.

A descredibilidade nos aparatos instituídos: a política como disputa de espaços, atores, linguagens e sentidos

A construção do objeto de investigação deste trabalho – a ação do jovem estudante universitário na sociedade Brasileira contemporânea – envolveu, além de uma revisão bibliográfica sobre o tema da participação política dos jovens, uma pesquisa empírica variada, que incluiu entrevistas semiestruturadas com estudante das principais universidades do Rio de Janeiro inseridos em entidades universitárias formalizadas de representação discentes (CAs, DAs e DCEs), e em coletivos que buscam outras formas de participação política, na universidade e na sociedade, e possuem questionamentos ao modo como o movimento estudantil convencional se organiza e conduz as suas ações. Cerca de 150 estudantes foram entrevistados. Nos apoiaremos neste último grupo de estudantes para subsidiar a discussão desta parte.

Apesar de algumas diferenças em relação ao tipo de atividade que esses jovens realizam em seus coletivos, eles possuem muitas características em comum. Além da crítica ao movimento estudantil convencional, que todos compartilham, e ao modo como a política é exercida atualmente nas esferas formalizadas, esses jovens mantêm um estreito diálogo com os movimentos sociais e populares da cidade do Rio de Janeiro. Alguns estão envolvidos em projetos de educação popular voltados para moradores de favelas existentes no município, e de promoção de debates sobre questões ligadas aos territórios de periferia e movimentos de resistência de seus moradores. Alguns jovens já haviam militado em movimentos organizados pela cidade e outros lugares, como o “Ocupa Rio”, estabelecido no centro da cidade em 2011, Fóruns Sociais Mundiais, e

outros que chamam atenção para as formas de locomoção e acesso à cidade. Alguns deles mantêm diálogo com redes transnacionais de participação.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos jovens. Algumas delas foram realizadas em mais de um momento. Compõe também a pesquisa de campo a análise de documentos, atas, cartas, fotos, vídeos e demais materiais confeccionados pelos coletivos dos jovens entrevistados, e de relatórios produzidos a partir do acompanhamento de encontros de alguns desses coletivos. Uma questão que marca muito fortemente o conjunto destas entrevistas é a ressalva dos jovens em relação aos espaços e modos instituídos da ação política. Os jovens compartilham a crítica às formas de participação política convencionais e aos mecanismos institucionais que as regulam. Esse confronto fica mais evidente nas ações de alguns grupos que questionam frontalmente o tipo de ator, o modo de agir e os lugares estabelecidos convencionalmente para a política, seja ela a da cidade, do estado ou mesma dentro da universidade, como aparece no questionamento trazido por Matheus⁵: *“a que serve a política? A política serve para manter um estado de coisas, ou subverter um estado de coisas?”*.

E por causa de seus questionamentos à política institucionalizada, ou como diria Augusto (2008), por causa de certo *“alheamento dos jovens à política do ‘palácio’”* (p. 161), esses estudantes se inserem, mesmo dentro dos espaços universitários, em grupos alternativos que fazem frente a algumas entidades estudantis formalizadas. Alguns jovens já fizeram parte do movimento estudantil convencional e mesmo de partidos, mas aparecem em suas falas, ao se referirem à ação política que acontece nesses espaços, expressões do tipo: “cansaço”, “desilusão”, “descrédito”, “desconfiança”. Por outro lado, observamos, nos seus discursos, um forte desejo de fazer diferente, uma aposta no novo, e uma vontade de arriscar, percorrer e experimentar outros caminhos.

A crítica dos jovens se refere à instrumentalização da linguagem, dos termos, das siglas, do modo de agir na política e à burocratização do seu espaço. Referente a isso, eles propõem repertórios de ação que confrontam com esse *modus operandi* de ação: *“acho que a gente se considera também político através da performance. Acho que você é político sem usar os mesmos jargões, as bandeiras e os textos tradicionais. Usar o corpo, não usar a fala, usar ações”* (Camilo). Alguns são mais radicais e apostam em ações de confronto e de enfrentamento, na violência – tema bastante

⁵ Todos os nomes apresentados nesta seção são fictícios.

discutido recentemente no debate sobre as ações dos *Black Blocs* em algumas cidades do país. As ondas de ações radicais contidas nessas manifestações, traduzidas como ação violenta e vandalismo, revelam, segundo Bringel (2013a), as desigualdades profundas, as segmentações e o classismo da sociedade brasileira, principalmente quando a mídia televisiva tenta produzir uma divisão dicotômica entre as manifestações que considera “legítima” e aquela parte considerada como vandalismo, que não deseja protestar, mas apenas destruir, promover o caos. Matheus, que concedeu essa entrevista um pouco antes da onda de protestos pelo país, traz a violência a partir de uma perspectiva de *transgressão* e mais que isso, *necessária*. No entendimento desse jovem, se a sociedade “construiu” um indivíduo submetido a um projeto que de longe não contempla suas necessidades, a ação política só pode ser pensada como enfrentamento dessa ordem social e, de igual modo, a emancipação desse indivíduo deve se dar em contraposição a uma série de opressões que o submete. E há que se ter coragem para tal!:

E como que essa violência pode ser entendida dentro de uma configuração de transgressão, dentro de uma configuração de superação dessa ordem, porque a violência também é necessária, porque a gente não consegue ter avanço na mudança de paradigma sem um enfrentamento. Aí, eu não diria utópico, eu diria romântico (Matheus).

A instrumentalização e burocratização da política de que falam os jovens acontecem quando se dá a divisão dos espaços entre políticos e não-políticos, e se institui quem deve agir em tal e qual espaço. A fala de Matheus sobre o entendimento hegemônico da política traz um questionamento da ideia de “divisão” dos espaços de decisão e configuração das linguagens e atores políticos, responsáveis por uma segregação entre aqueles que entendem e praticam a política e os que não, a ação que é legítima e aquela que não é, que será, então, classificada como ação violenta ou criminosa:

O que eu percebo é que há uma negação da política. Por quê? Só por que as pessoas não entendem de sociologia? Não. Porque a política se tornou um instrumento de poder. Então, a partir do momento que a gente institucionaliza a política, a gente passa a entender que a política só pode ser exercida a partir de determinadas organizações, a partir de necessidades burocráticas. Você tem lá o Parlamento, e a gente entende que ali são feitas as políticas, as políticas que vão delinear o andamento do social, do social que eles entendem como uma coisa coesa. Só que eu entendo que a política está justamente na contramão, a política é uma linguagem, e uma linguagem popular, ela se tornou elitizada porque a gente não domina os conceitos. A gente capacitou alguns a serem políticos e outros a serem seguidores de decisão de terceiros. Então a gente se relaciona com a política de forma instrumental, de forma técnica.

A primeira transformação para a qual os jovens chamam atenção em relação à ação política diz respeito a reconhecer que a participação não se esgota nos procedimentos da democracia representativa ou “*delegacionista*”, como se refere Beaskoetxea (2008, p. 34). Uma consequência desse modelo de democracia, nas palavras deste autor, é a “*consolidação de uma nova casta de profissionais da política, cada vez mais distantes dos cidadãos e de seus problemas*” (Beaskoetxea, 2008, p. 35). Nesse caso, o desinteresse pela política é, segundo o autor, quase sempre, consequência de uma política distante das pessoas, e não uma causa.

Na fala de alguns jovens, parece que suas ações se encaminham no sentido de tentar promover uma “reconciliação” entre as várias cisões efetuadas pelo ordenamento da vida moderna e, nesse sentido, tentam aproximar discurso e ação prática; vida cotidiana e política; homens/mulheres e políticos; espaços da cidade e espaços políticos (Ruiz, 2010). O ordenamento da política do qual somos herdeiros é o que parece ser colocado em jogo, pelos jovens, quando eles disputam sentidos e significados diferenciados para a política, que vão contra a uma conotação meramente prescritiva.

A questão central das discussões sobre os termos normativos e a gestão política reside, principalmente, na relação entre representação e participação. A concepção de participação política de muitos deles se fundamenta na necessidade de ser agente nos processos de tomada de decisões, como se a mera escolha dos representantes e monitoramento de suas ações não dessem conta das aspirações de ser ator político (Castro & Mattos, 2009).

Em contraposição ao entendimento (hegemônico) da política que prevalece tanto nas ciências quanto na sociedade, as ações dos jovens se encaminham no sentido de tensionar esse entendimento. E isso se dá, primeiramente, na opinião de Fabiano e Felipe, por meio da compreensão de que somos “seres políticos”. Para Fabiano, o “ser político” está relacionado com o agir, no sentido da necessidade de se envolver nas questões políticas (que também serão perpassadas por vários temas) e não delegar a outros – o político. Para Felipe, o “ser político” está relacionado à nossa própria condição humana de estarmos no mundo e pelo fato de que as questões desse mundo nos dizem respeito (ou pelo menos deveriam); nas palavras desses estudantes:

Acho que a partir do momento que as pessoas passam a se entender como seres políticos, há uma constante vontade de quebrar essa hegemonia política. Acho que política é uma coisa que deve servir a nós mesmos e não servir como suporte de plataforma de poder (...) porque você delega àquele que é político as funções do ser político. (...) Você passa a não se entender como um ser político, mas como um

ser dependente da política, dependendo das decisões do estado, da economia, lá do capital financeiro, do raio que o parta, mas eu não me vejo incluído na política (Fabiano).

Quando a gente começa a pensar em termos de ação política, ou então de que somos seres políticos, não precisamos ter um estudo, não precisamos ter uma formação política, mas temos ação política. Eu acho que, em grande parte, eu vejo essa discussão pra diferenciar a política partidária. (...) Pra mim é isso, a gente não pode deixar de ser político. Mesmo que a gente tentasse, a gente não consegue porque a gente age no mundo. (...) [a política] é uma coisa que não pode ser alienada da pessoa; é uma coisa de impossível mesmo, no sentido de uma pessoa viva, ela se relaciona com os outros, afetam os outros e se afetam e é afetada (Felipe).

A consequência primordial de que falam esses jovens sobre a expansão do conceito da política é quebrar a divisão entre as pessoas que fazem e as pessoas que não fazem política e, nesse sentido, quando consideram que os humanos são seres políticos, é para que não se crie uma classe de *experts* no assunto. Sobre o risco contido na ideia de que a política é inerente ao ser humano porque ele está no mundo, ele age, e de que isso seja condição suficiente para que a ação política aconteça, ou de que qualquer ação seja política, Felipe também chama atenção pra outra condição humana – a de que partilhemos o mundo com outros, e é precisamente neste ponto que incide a ação política. Sua preocupação em trazer essa questão é de apontar que o ser humano é um ser político porque ele age no mundo, mas a ação política é de cunho coletivo, diz respeito a algo comum, algo compartilhado pelos indivíduos:

Acho que talvez o principal problema é a ideia do lugar confortável, a ideia do “eu já fiz minha parte”, e eu não preciso me unir com outras pessoas (...) e outra coisa é a gente, digamos, o quê que a gente quer começar fazer com essa nossa própria possibilidade de ação? Acho que uma vez afirmado isso [de que somos seres políticos], não se resolveu o problema (Felipe).

Então, quando os jovens falam de uma expansão da ação política, estão tensionando principalmente a ideia de que haja uma categoria específica de *experts* que fala em nome de outros, isto é, estão tensionando a ideia da representatividade política, seja ela no Estado, na universidade e mesmo em seus grupos. Baseados no princípio de organização horizontal e autogestionária, muitos estudantes apostam que uma questão importante presente nesse princípio é a confiança na capacidade do outro, de que ele também é capaz de agir, de falar, de apresentar suas demandas e trazer soluções, enfim, de contribuir, de se traduzir.

Percebemos no relato destes jovens, mas também em outros de nossos trabalhos (Castro, Pérez & Silva, 2009; Silva & Castro, 2013), que o espaço da cidade como um todo, aliado a suas práticas cotidianas, vem se tornando o alvo preferencial de suas ações. A ação política é pensada e exercida dentro da própria vida cotidiana dos jovens – nos seus espaços de lazer, nos seus bairros, combinada com suas escolhas

profissionais. Não foi raro encontrar na fala dos jovens uma combinação entre ação política e sua vida cotidiana, de modo que a política não é pensada e exercida apenas em seus grupos, mas reflete em como consomem, se deslocam pela cidade, moram, se alimentam e trabalham:

Eu acho que é sempre uma reafirmação diária, é uma luta diária, assim como o sofrimento dentro da luta ou o sofrimento pelo capital, no sistema que a gente vive, é um sofrimento diário. (...) Acho que tem um pouco dessa coisa de cotidianizar a revolução (Tadeu).

A política entendida como uma “experiência vivida” (Marsh; O’Toole & Jones 2010, p. 14), mais do que uma prática ligada a instituições específicas, não está desvinculada da experiência subjetiva dos indivíduos, da maneira como eles dão sentido a sua própria experiência individual e seu lugar no mundo. Essa imbricação entre ação política e vida cotidiana encontra-se muito marcada na entrevista de muitos estudantes, cujas escolhas pela militância estão fortemente perpassada por questões subjetivas:

Primeiro que sempre envolve questões pessoais e nunca deixo isso fora. Eu me destruiria fazendo o que sociedade me propõe a fazer: estudar, ter um emprego de classe média, ter uma casa, um carro e fazer as coisas dessa maneira. Eu me autodestruiria, é também uma busca de fugir da autodestruição. (...) Eu falo com muita leveza sobre isso, mas não foi muita leveza no caminho não. (...) Tem muita questão pessoal, emocional e a questão política, porque engajar politicamente é pesado, é uma coisa que te pega, que te prende (Tadeu).

Assim, refletindo sobre o *lugar* que a luta dos jovens ocupa em nossa sociedade, gostaríamos de encerrar com a inquietação que alguns entrevistados trazem ao pensar o sentido que a política assume convencionalmente em nossa sociedade – e, dentro dessa configuração instituída, os lugares que são reservados aos indivíduos – e, ao mesmo tempo, os lugares que eles reivindicam. Para um entrevistado, o sentido da sua militância se dá a partir de alguns questionamentos, como de onde partiria o seu engajamento, com quem formaria alianças coletivas, em que projeto coletivo apostar, entre outros. Pergunta ele: “*Qual meu lugar político?*”. Para muitos que, como esse entrevistado, possuem uma descredibilidade em relação à forma como a política é instituída socialmente, as ações coletivas de seus grupos se fundamentam na aposta de disputar espaços, atores, linguagens e sentidos diferenciados aos que estão instituídos.

Considerações Finais

As transformações da sociedade brasileira a partir da segunda metade do século passado não se acompanharam de políticas públicas que respondessem ao quadro de enormes desigualdades sociais e regionais, assim como às expectativas das gerações mais novas. As tentativas de cooptação das entidades nacionais de estudantes por parte do governo e a falta de respostas frente ao sucateamento institucional têm promovido diversas manifestações por parte dos estudantes, como ocupações de reitorias e greves, interlocuções com movimentos sociais, muitas delas distantes dos grupos formalizados. São movimentos que atestam a forte participação reivindicatória dos estudantes que demandam a retomada da discussão sobre os rumos da política no país. Marcados por alguma dispersão e espontaneidade e afeitos à crítica da anti-institucionalidade, estes movimentos juvenis se colocam a certa distância do movimento estudantil convencional do qual desconfiam. As práticas de engajamento político, tal como exercidas há longo tempo pelo movimento estudantil, são postas em questão frente à sua subordinação ao aparelhamento produzido pelos partidos políticos na vida universitária.

Os jovens universitários desconfiam da militância convencional, vista como necessitando reformulação de princípios e valores. O engajamento dos estudantes interroga a prática da representação, de modo que ela possa assegurar a heterogeneidade do grupo de representados. A tentativa de fazer importar a ampliação da participação política para amplos setores da sociedade parece tributária do rechaço profundo dos estudantes às imposições ideológicas dos partidos e das associações estudantis que se distanciaram das suas bases. A opção pela autonomia em relação aos grupos formalizados se apresenta como uma forma de preservar a independência política dos estudantes frente às posições de suas associações, que, recentemente, assumiram uma relação de proximidade clara com o governo. Um crítica recorrente que observamos em algumas entrevistas era dirigida à UNE, que devido ao seu compromisso com as políticas do governo, perdeu o poder de questionar e se contrapor ao que vem sendo proposto (ou imposto) para a sociedade.

O esvaziamento das instâncias institucionalizadas de participação estudantil e o descrédito de parcela dos estudantes com seu modo de fazer política é reconhecida. Em um cenário que instiga repensar a política, existem brechas nos espaços estudantis atuais para outra forma de fazer política?

O cenário que descrevemos aqui neste trabalho mostra algumas mudanças no enquadre geral da ação do jovem estudante hoje, mesmo que suas formas de engajamento ainda se apresentem com indefinições e perspectivas pouco claras. Percebemos entre os estudantes uma tentativa, ainda que precária, de recusar aquelas formações coletivas que padronizaram o jogo político e o seu lugar como ator, e o modelo de ação política estudantil que coloca o estudante a reboque da institucionalidade partidária.

Questões importantes estão contidas no apelo dos estudantes, que defendem a causa da educação, mas também outras: o passe livre, a desmilitarização da polícia, o acesso à cidade em sua totalidade (aos equipamentos de lazer, saúde, educação, moradia) para toda população, questões fundiárias e distribuição de terra, etc. Mas, além das demandas defendidas, está em pauta a **maneira de fazer política**, por meio do questionamento da representatividade, da institucionalidade e hierarquização da organização coletiva, dos atores envolvidos nas tomadas de decisão. Embora as propostas dos jovens não sejam tão claras e nem os encaminhamentos de suas ações sejam consistentes em algumas mobilizações momentâneas e performáticas, é importante demarcar que, ao mesmo tempo, essas ações assinalam o esgotamento de um modelo de participação política e adesão a causas públicas, e sua resistência e questionamento a um modelo que talvez tenha que realmente ser superado.

Referências Bibliográficas

Alvarez, S., Dagnino, E. & Escobar, A. (2000). O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In S., Alvarez, E., Dagnino & A., Escobar (Orgs.) *Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*, pp. 15-57. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Augusto, N. (2008). A juventude e a(s) política(s): desinstitucionalização e individualização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81(1), 155-177.

Baquero, M. (2001). Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *São Paulo em Perspectiva*, 15(4), 98-104.

Beaskoetxea, I. (2008). La participación de los jóvenes en una sociedad en transformación. In X., Albizu, J., Fernández & J., Zubiri (Coords.) *Movimientos estudiantiles: resistir, imaginar, crear en la universidad. Asamblea de Ciencias Sociales por una Universidad Crítica*, pp. 28-40. Espanha: Gakoa.

Bringel, B. (2013a). O Brasil na geopolítica da indignação global. *Brasil de Fato*, São Paulo, 27 jun.

_____ (2013b). Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. *Insight Inteligência*, 62(1), 42-53.

Cardoso, I. (2005). A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança. *Tempo Social*, 17(2), 93-107.

Castro, L. & Mattos, A. (2009). O que a política tem a ver com a transformação de si? Considerações sobre a ação política a partir da Juventude. *Análise Social*, 44(193), 793-823.

Castro, L., Pérez, B. & Silva, C. (2009). Trabalho solidário: em busca de outros valores para a participação política. *Revista Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social*, 19(1), 109-124.

Comunidades Europeias (2002). *Um novo impulso à juventude europeia: Livro Branco da Comissão Europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Cuadra, F. (2008). Conflito social e movimento estudantil no Chile. *Estudos Históricos*, 21(42), 173-194.

Foracchi, M. (1965). *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Garí, M. (2011). Amanhã começou o 15-M. *Esquerda.Net*. Disponível em: <http://esquerda.net/dossier/amanh%C3%A3-come%C3%A7ou-o-15-m>. Acesso em: 28 mar 2012.

Holloway, J. (2002). *Cambiar el mundo sin tomar el poder. El significado de la revolución hoy*. Coedición: Universidad Autónoma de Puebla, México y Ediciones Herramienta, Buenos Aires, Argentina.

Ianni, O. (1968). O jovem radical. In S., Britto (Org.) *Sociologia da juventude I*, pp. 225-242, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Mesquita, M. (2003). Movimentos estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66(1), 117-149.

_____ (2008). Cultura e política: a experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81(1), 179-2007.

Mische, A (1997). De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, 5 e 6, 134-150.

Mouffe, C. (2005-2006). Por um modelo agonístico de democracia. *Discursos – Cadernos de Políticas Educativas e Curriculares*. Lisboa: Livraria Pretexto Editora.

Norris, P (2001) *Democratic Phoenix: Political Activism Worldwide*. Cambridge: Cambridge University.

O'Toole, T., Marsh, D. & Jones, S. (2010). *Young People and Politics in the UK Apathy or Alienation?*. London: Palgrave Macmillan.

Rodrigues, A. (1993). Estudantes na política em tempo de mobilização e crise. *São Paulo em Perspectiva*, 7(1), 138-144.

Rolnik, R. (2013). As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In C., Vainer et al *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram o Brasil*, pp. 7-12. São Paulo: Boitempo.

Ruiz, O (2010). Cultura política y política de las culturas juveniles. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, 50, 91-102.

_____ (2011). Acontecimiento y acción colectiva juvenil. El antes, durante y después de la rebelión de los estudiantes chilenos en el 2006. *Propuesta Educativa*, 1(35), 11-26.

Silva, C. & Castro, L. (2013). Para além das fronteiras convencionais do ativismo político: a inserção de jovens em “coletivos fluidos”. In H., Bezerra & S., Oliveira (Orgs.) *Juventude no século XXI: dilemas e perspectivas*, pp. 7-37. Goiânia: Câne Editorial.

Sousa, J. (1999). *Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90*, São Paulo: Hacker Editores.

Sposito, M. (2000). Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais e educação. *Revista Brasileira de Educação*, 13, 73-94.

Young, I. (2006). Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, 67, 139-190.